



**A DIFÍCIL RELAÇÃO ENTRE FACÇÕES LIBERAIS NO BRASIL REGENCIAL: O
CASO DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO (1831-1840)**

Manoel Nunes Cavalcanti Junior¹

INTRODUÇÃO

A política regencial é normalmente caracterizada pelo embate entre três grupos políticos que encarnavam projetos distintos de nação: os moderados (também conhecidos como *chimangos*), os restauradores (ou *caramurus*) e os exaltados (ou *farroupilhas*). Segundo Marco Morel, os *moderados* eram liberais e defensores de um Estado forte e centralizador. Seu núcleo girava em torno da Corte, especialmente nas províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Os *restauradores* existiam desde a década de 1820. Com um discurso pautado pelo antiliberalismo, defendiam um Estado centralizador e destacavam a soberania monárquica diante das noções de soberania nacional ou popular. Durante a Regência, seu mote seria a defesa do retorno de Pedro I ao trono brasileiro. Por sua vez, os *exaltados* tinham por base do seu ideário a valorização da soberania popular. Seus líderes usavam um discurso de chamamento das camadas pobres a que participassem da vida pública, denunciando a opressão econômica, social e étnica. Além disso, empunhavam a bandeira do federalismo e da descentralização administrativa (MOREL, 2003, p. 38).

Na província de Pernambuco a configuração política era muito parecida com esta que predominava na Corte. Para entendermos o quadro pernambucano é preciso voltar um pouco no tempo. Desde a Confederação de 1824 que a província era palco de uma acirrada disputa política. Inserida no contexto do processo da Independência do Brasil que ali se desenrolou, a Confederação representou a luta pelo poder entre dois grupos, iniciada anos antes, quando da conflagração entre os diferentes projetos de nação surgidos durante o processo. O primeiro era formado pelos partidários de Pedro I, classificado por Carvalho como “centralista”: bem articulados com o projeto pensado no Rio de Janeiro, seus integrantes eram favoráveis à união das Províncias sob a batuta do

¹ Mestre e doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente é professor titular do Instituto Federal da Bahia - IFBA/Campus de Vitória da Conquista, Brasil. Endereço eletrônico: manoel73@gmail.com



príncipe regente (CARVALHO, 1998). Tinha como integrantes muitos elementos oriundos da antiga aristocracia açucareira, despontando como líder maior o Morgado do Cabo e futuro Marquês do Recife, Francisco Paes Barreto. O segundo grupo era o dos federalistas, interessados principalmente em manter a autonomia provincial que havia sido conquistada com a Revolução do Porto, em 1821. Era liderado pelo comerciante Gervásio Pires Ferreira, tendo despontado também o nome de Manoel de Carvalho Paes de Andrade, que seria o Presidente da proclamada Confederação. O fracasso do movimento de 1824 representou a consolidação do projeto centralizador. Quando o Morgado do Cabo se afastou da vida política, os Cavalcanti se tornaram seus herdeiros políticos.

A abdicação de Pedro I, em 1831, trouxe mudanças para o cenário político nacional e, especialmente, para Pernambuco. Os *federalistas* de 1824 se dividiram entre os *exaltados* e os *moderados*. Quanto aos *restauradores*, seu grupo era formado principalmente por militares, portugueses e desembargadores da Relação da Província (CARVALHO, 1998). Uma diferença entre Pernambuco e a Corte durante a Regência era a existência de um quarto grupo político, a oligarquia dos Cavalcanti. Foram eles um dos principais beneficiados com a vitória de Pedro I sobre a Confederação do Equador. Carvalho afirma que, embora aliados, os Cavalcanti eram refratários à tentativa de Pedro I em monopolizar o poder na Província. A centralização deveria ir até onde não interferisse em seus interesses locais. A relação transcorria um tanto tensa. A Abdicação de 1831, que a princípio poderia ser vista como derrota para este grupo, não atingiu significativamente o seu poder. (CARVALHO, 2009, p. 124-126.)

Este trabalho tem como foco as duas facções liberais herdeiras do federalismo de 1824: os moderados e os exaltados. O nosso objetivo principal é analisar as suas trajetórias no decorrer da Regência, identificando como se posicionaram nas disputas pelo controle do poder provincial. Para tanto procuramos identificar seus principais líderes e o discurso em que pautavam suas ações.

Justifica-se esta pesquisa como necessária para enriquecer as discussões em torno de um período ainda pouco estudado na História do Brasil Regencial, especialmente das relações de poder e dos partidos em que se dividiu a província de Pernambuco.

METODOLOGIA

O trabalho fundamenta-se no conceito de poder. Segundo Stoppino, o significado



mais geral desta palavra se refere à capacidade ou à possibilidade de agir, de produzir efeitos. Torna-se um conceito amplo, podendo abarcar desde indivíduos ou grupos humanos até a fenômenos naturais. Em seu sentido social, o poder é mais específico, indo desde a capacidade geral de agir e chegando à capacidade do homem (ou um grupo) em determinar o comportamento de outro homem (ou de um grupo). Desta forma, o poder social não é uma coisa ou a sua posse, mas sim uma relação entre pessoas (STOPPINO, 2010, p. 933-934). Segue-se, assim, a perspectiva da teoria relacional do poder, onde este é conceituado como uma “relação entre dois sujeitos, dos quais o primeiro obtém do segundo um comportamento que, em caso contrário, não ocorreria” (BOBBIO, 1987, p. 78.) Esta linha de interpretação, na verdade, acompanha o pensamento weberiano, quando afirma que uma das manifestações do poder é a dominação, definida como a situação em que uma “vontade manifesta” de um dominador quer influenciar as ações de outras pessoas (WEBER, 2009, p. 187-193).

Tomando o caminho proposto por Weber, Bobbio vai tipologizar o poder utilizando como critério o meio que o seu detentor se serve para obter os efeitos desejados. Desta forma seriam três os seus tipos básicos: o econômico, o ideológico e o político (BOBBIO, 1987, p. 82-85). Concentramo-nos neste último tipo, cuja característica principal é o fato de ser o único poder em condições de recorrer, em última instância, à força para chegar aos efeitos desejados. Tal condição se relaciona com o fato deste poder político deter o monopólio do uso da força. Foi a partir desta constatação que Weber definiu o que comumente é utilizado para explicar o surgimento do Estado moderno: ele passa a existir no momento em que concentra o monopólio da coação física legítima (WEBER, 2009, p. 525-529.)

A partir deste conceito, o caminho utilizado para a análise é o da chamada Nova História Política, cujo instrumental procura incorporar aos estudos históricos as novas perspectivas trazidas por outras áreas do conhecimento, tal como a História Cultural. Seguindo a trilha da cultura política, sob a perspectiva clássica de Berstein, podemos compreender o comportamento dos diversos atores políticos e suas identidades a partir das diferentes culturas políticas existentes no período. Cada uma delas sendo formada por uma base filosófica e doutrinal, uma leitura comum do passado histórico, uma visão institucional, uma concepção ideal de sociedade e um discurso (BERSTEIN, 1998, p. 349-363).

As fontes pesquisadas foram bastante variadas. Nos manuscritos buscamos os relatos do ponto de vista das autoridades. Eles foram consultados principalmente em coleções do Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano (APEJE). Os jornais são ricas



fontes para o acompanhamento das lutas políticas e do discurso partidário. A partir do acervo do Laboratório de Pesquisas Históricas da UFPE (LAPEH), da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) e da Hemacoteca do APEJE, foram pesquisados exemplares de diversos jornais, entre os quais podem ser citados A Quotidiana Fidedigna, A Razão e a Verdade, O Velho Pernambucano e Diário de Pernambuco.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A documentação aponta para uma conflituosa relação entre os liberais moderados e exaltados pernambucanos. Após o 7 de abril serão os moderados que irão controlar o poder provincial, favorecidos pelo apoio dos seus aliados na Corte. Preteridos do poder, os exaltados acabarão por seguir uma linha de dura oposição aos moderados, chegando em muitos momentos a se aliarem aos Cavalcanti. Até 1835, os únicos momentos de aproximação entre as facções liberais foram na luta contra levantes promovidos pelos restauradores, como a Abrilada e a Guerra dos Cabanos. O único momento em que os liberais exaltados vislumbraram uma chance de assumir o poder provincial foi na ascensão à presidência da província de Manoel de Carvalho Paes de Andrade, no início de 1835. Tido como um aliado, uma vez no poder o antigo presidente da Confederação de 1824 acabou sendo aliciado pelos moderados e com eles governou. Isso representou um maior distanciamento entre os dois grupos liberais, acabando por criar uma aliança até então impensável entre exaltados, antigos restauradores e a oligarquia dos Cavalcanti para se oporem ao governo dos moderados. Uma reaproximação entre eles se deu apenas em 1836, quando a Assembleia Provincial começou a votar uma nova legislação que desfigurava as medidas descentralizadoras do Ato Adicional na província. As duas facções liberais tentaram barrar em vão leis que reorganizavam a estrutura jurídica e policial em Pernambuco, especialmente a Lei de Prefeitos. Já era tarde demais. Os regressistas pernambucanos se aproveitaram da desunião e conseqüente fraqueza dos liberais locais e conseguiram passar uma nova legislação que dava grandes poderes ao Presidente da Província.

CONCLUSÕES



As divergências entre as facções liberais pernambucanas durante a Regência se explicam por duas vias. A primeira diz respeito ao campo das ideias. Moderados e exaltados se achavam herdeiros das tradições revolucionárias de 1817 e 1824. No entanto, os exaltados se consideravam mais puros, a tal ponto que continuavam a se autodenominar de *patriotas*. Para eles, os moderados eram traidores que deixaram pelo caminho muitos daqueles ideais. Por outro lado, os dois grupos se aproximam no discurso em defesa das reformas liberais e da manutenção do arcabouço institucional por elas produzido. A segunda via passa diz respeito à luta pura e simples pelo poder. Os moderados conseguiram controlar o poder provincial, o que significava deter o poder de nomeação de cargos-chaves na província. Ao mesmo tempo, os exaltados se viram preteridos na repartição destes cargos, levando-os a exercerem uma forte oposição às administrações moderadas. Com esta divisão, os liberais deixavam o caminho aberto para que os seus adversários centralistas aproveitassem as oportunidades de controlar a província e levar adiante a implantação de uma legislação que desfazia na província as medidas descentralizadoras do Ato Adicional.

Palavras-chave: Cultura Política. Relações de Poder. Brasil Regência

REFERÊNCIAS

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. pp. 349-363.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 78.

CARVALHO, Marcus J. M. Cavalcantis e Cavalcados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817 - 1824. In: **Revista Brasileira de História**. vol. 18, nº 36. São Paulo: 1998. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881998000200014>>. Acesso em: 4 maio de 2012.

_____. Movimentos sociais: Pernambuco (1831-1848). In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (Org.). **O Brasil Imperial, volume II: 1831 - 1870**. Rio de Janeiro: Civilização



Brasileira, 2009. pp. 124-126.

MOREL, Marco. **O Período das Regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

STOPPINO, Mario. Poder. In. BOBBIO, Noberto. **Dicionário de Política**. 13.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010. vol.2. pp. 933-934.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. v.2. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009. pp. 187-193.